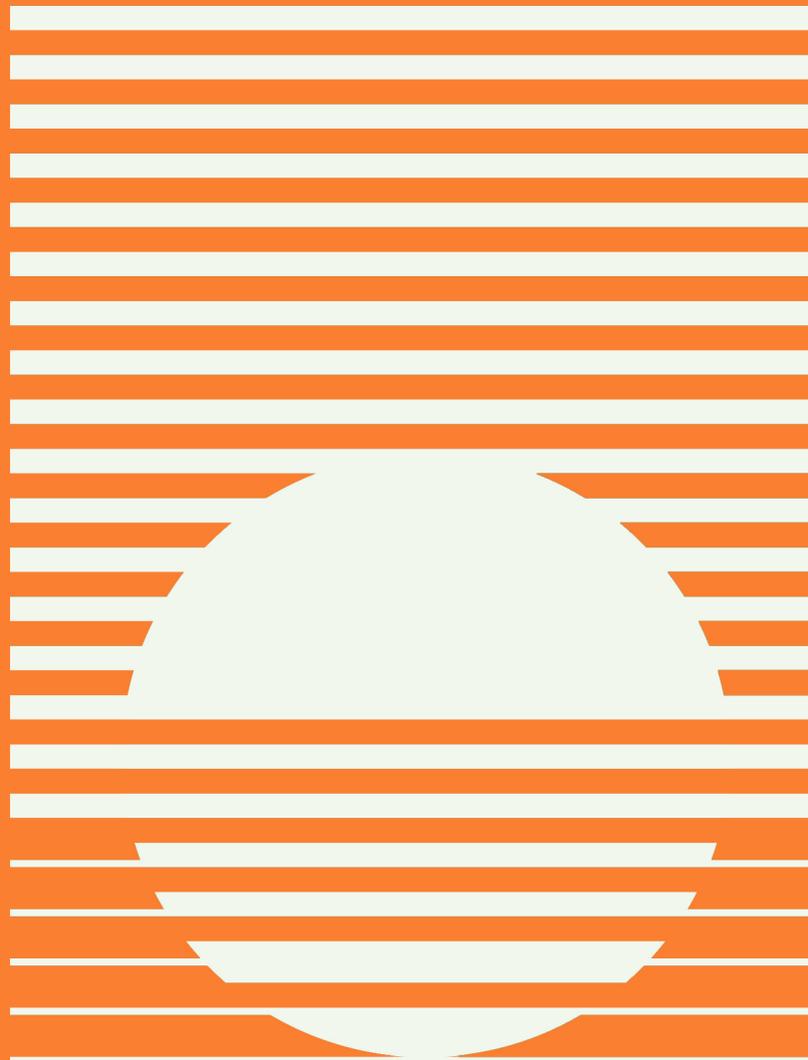


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



08
2017

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares Aguiar

Editor Adjunto: Hugo Bras Martins da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Timóteo Saba M'bunde.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

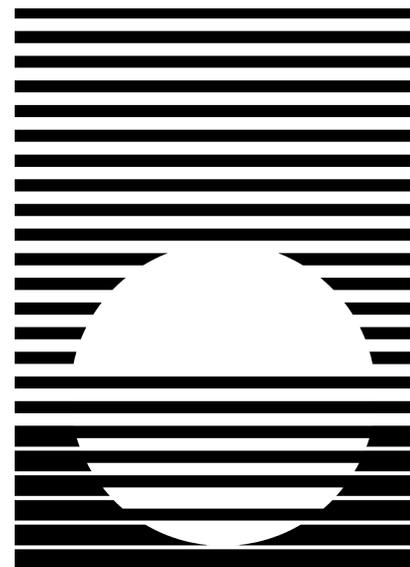
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Justiça Federal suspende decreto de Temer sobre exploração mineral na Amazônia

Uruguai critica reforma trabalhista brasileira e solicita reunião no Mercosul

Acordo de cooperação entre Procuradorias-Gerais de Brasil e Argentina é barrado

Página 05

Cooperação em segurança entre Brasil e Paraguai

Após 13 anos, Brasil encerra participação em Missão da ONU no Haiti

Suspensa votação sobre ida do Presidente peruano para Assembleia Geral da ONU

Página 06

Transformação das Farc em partido e negociação de cessar fogo com o ELN

Protestos na Bolívia: governo Morales é o principal alvo

Página 07

Aumenta a repercussão internacional da crise venezuelana após a Constituinte

Parlamentos Sul-americanos: altos e baixos nas dinâmicas da integração regional

Primeira rodada de negociações sobre o NAFTA chega ao fim

Página 08

Senadores mexicanos são convidados a acompanhar as negociações do NAFTA

BRICS abrem escritório regional do Novo Banco de Desenvolvimento

Página 09

Pesca ilegal chinesa em mar equatoriano causa impasse

Turquia e China buscam fortalecer cooperação em segurança e contraterrorismo

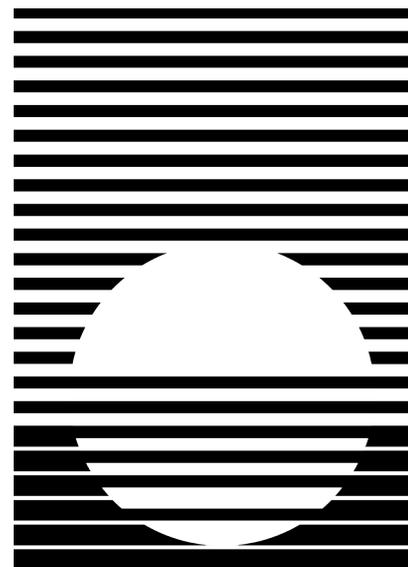
Página 10

Assinado acordo sobre Mar da China Meridional

Novas legislações para conter os fluxos migratórios

Página 11

Violação de direitos das minorias e a onda conservadora
Mulher e Maternidade



Justiça Federal suspende decreto de Temer sobre exploração mineral na Amazônia

Em 30 de agosto, a Justiça do Distrito Federal determinou a suspensão de atos administrativos do Poder Executivo sobre a exploração mineral na Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada entre os estados do Pará e Amapá. O decreto, promulgado por Temer em 23 de agosto, liberava a área de cerca de 47 mil quilômetros quadrados para a exploração da iniciativa privada, com objetivo de atrair investimentos e aumentar a oferta no mercado de minerais como cobre, ouro, ferro e manganês. A proposta foi apoiada pelo Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que declarou que o decreto apenas regularizaria a exploração na região e a ajuda no combate a garimpos ilegais. O decreto foi amplamente criticado por opositores e movimentos ambientalistas, que ressaltaram tanto o risco de desmatamento da floresta quanto a interferência em regiões de povos nativos, como os territórios indígenas de Paru D’Este e Waiãpi, integrantes do território da Renca. Em 28 de agosto, Temer modificou o decreto, ressaltando a preservação das áreas indígenas, mas mantendo a extinção da Renca enquanto área de proteção integral. A liminar da Justiça do Distrito Federal baseou-se na impossibilidade de tal decisão ser tomada por ato administrativo, sem consulta ao Congresso Nacional. Frente às pressões, Temer determinou um prazo de 120 dias para anunciar um novo plano à população, congelando as ações sobre a Renca durante o período.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 23/08/2017; [Huffpost](#), 30/08/2017; [G1](#), 30/08/2017; [BBC Brasil](#), 31/08/2017; [Folha](#), 31/08/2017.

Uruguai critica reforma trabalhista brasileira e solicita reunião no Mercosul

Em 10 de agosto, o governo uruguaio reagiu de forma crítica à aprovação da reforma trabalhista no Brasil e solicitou uma reunião especial no Mercosul, com base na cláusula “sociolaboral” do bloco, para tratar do tema. Essa cláusula estabelece que duas vezes por ano uma comissão deve se reunir para avaliar questões relacionadas aos direitos sociais e trabalhistas. As autoridades uruguaias temem que a reforma possa gerar impactos negativos aos empresários e trabalhadores do país. Apesar de enfatizar preocupação em não intervir em assuntos domésticos do Brasil, o mi-

nistro de Relações Exteriores uruguaio, Rodolfo Nin Novoa, afirmou que a reforma é um risco às regras de competitividade do bloco regional, já que consiste em uma forma de competir com base na retirada de direitos trabalhistas. O Chanceler uruguaio lembrou que o Mercosul tem protocolo laboral desde 2015, assinado pelos quatro países do bloco. Já o Ministro do Trabalho do Uruguai, Ernesto Murro, foi mais crítico à reforma e salientou que se um acordo individual vale mais do que uma lei ou uma convenção coletiva, isso significa um retrocesso de “dois ou três séculos”. Além disso, Ernesto Murro destacou que é preciso respeitar os direitos sociais e trabalhistas do Mercosul. Em resposta, o Itamaraty chamou o Embaixador do Uruguai no Brasil para que fornecesse maiores explicações sobre as declarações e destacou ainda que não foi comunicado oficialmente sobre as intenções do país vizinho em convocar uma reunião especial no Mercosul.

Fontes: [República](#), 12/08/2017; [El Observador](#), 13/08/2017; [El Observador](#), 14/08/2017; [El País](#), 14/08/2017; [El Observador](#), 15/08/2017; [G1](#), 15/08/2017; [Jornal do Brasil](#), 17/08/2017.

Acordo de cooperação entre Procuradorias-Gerais de Brasil e Argentina é barrado

No início do mês de agosto, o governo de Temer barrou acordo, assinado em junho de 2017, entre as Procuradorias-Gerais do Brasil e Argentina, assinado sobre a formação de equipe conjunta de investigação que tinha como objetivo analisar os desdobramentos da Operação Lava Jato na Argentina, sobretudo o caso da Odebrecht. A justificativa da presidência é a de que a Procuradoria-Geral do Brasil não tem prerrogativa de Estado e, portanto, não há obrigação por parte do governo em aderir ao acordo. Após a decisão do Presidente brasileiro, inicialmente, o governo argentino preferiu ser cauteloso, afirmando que estava analisando o acordo, de modo a observar melhor como a situação se desenvolve no país vizinho. Os obstáculos impostos geraram reclamações do procurador-geral do Brasil, Rodrigo Janot, e da Argentina, Alejandra Gils Carbó, que emitiram comunicado conjunto em que afirmam que os governos dos dois países, representados respectivamente pelos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, apresentaram entraves e fizeram ingerências indevidas no estabelecimento do acordo sobre a Odebrecht. A nota destaca ainda que o Ministério da Justiça brasileiro tentou interferir na redação do acordo e que o Ministério de Relações Ex-

teriores argentino buscou converter a equipe conjunta em um tratado internacional negociado pelos Poderes Executivos dos dois países.

Fonte: [Clarín](#), 01/08/2017; [Correio Braziliense](#), 01/08/2017; [Jornal do Brasil](#), 02/08/2017; [La Nacion](#), 02/08/2017.

Cooperação em segurança entre Brasil e Paraguai

Em 21 de agosto, Michel Temer se reuniu, em Brasília, com o Presidente do Paraguai, Horácio Cartes. Nesta, destacaram Acordo de Cooperação assinado entre a Secretaria nacional Antidrogas (Senad) do Paraguai, e a Polícia Federal brasileira, que tem como objetivo o combate ao tráfico de drogas a partir do compartilhamento de informações, e criação de estratégias que permitam contato operativo direto entre as duas instituições. Michel Temer assinalou que a segurança na fronteira é atualmente prioridade para o Brasil e também para o Paraguai, sendo este um ponto estratégico na segurança pública dos dois países, que antes, nos dias 10 e 11 de agosto, já haviam debatido o tema na VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Paraguai sobre Drogas e Temas Conexos, também em Brasília. Na ocasião foram discutidas diferentes estratégias para fortalecer a cooperação para a luta ao contrabando, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, de armas e pessoas. O crime transfronteiriço tem sido uma das principais preocupações de ambos os países, mas também dos EUA, que estão interessados em monitorar atividades ilegais, desta natureza, na região da Tríplice Fronteira. No marco da reunião bilateral entre Temer e Cartes, os dois Presidentes comprometeram-se com a construção de uma ponte no rio Paraguai, entre Puerto Murtiño (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai), com o objetivo de promover a integração física e fortalecer a cooperação nesta região.

Fontes: [ABC Color](#), 15/08/2017; [ABC Color](#), 21/08/2017; [UOL Notícias](#), 21/08/2017; [O Globo](#), 21/08/2017; [ABC Color](#), 22/08/2017.

Após 13 anos, Brasil encerra participação em Missão da ONU no Haiti

Em 31 de agosto, durante cerimônia realizada em Porto Príncipe, no Haiti, foi oficialmente encerrada a participação das tropas brasileiras na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH, sigla em francês). Iniciada em junho de 2004 em resposta à instabilidade gerada após um golpe de estado, a MINUSTAH foi a maior e mais importan-

te contribuição brasileira a uma Operação de Paz da ONU. A MINUSTAH continuará até 15 de outubro de 2017, quando será substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUH-JUSTH, sigla em francês), que permanecerá no Haiti até 2018. A partir de 1º de setembro os militares brasileiros não têm mais autorização para atuar no país caribenho, exceto em escoltas. Findada a MINUSTAH, ainda não está definido qual será o próximo destino da participação brasileira em Operações de Paz da ONU. Segundo o Ministro da Defesa do governo de Temer, Raul Jungmann, o Brasil recebeu convite para integrar outras dez missões, e o destino mais estudado é a República Centro Africana. Porém, o Ministro afirmou que o envio de tropas dependerá da decisão de Michel Temer e do Congresso Nacional.

Fontes: [Estadão](#), 26/08/2017; [Folha de São Paulo](#) 30/08/2017; [Haiti Libre](#), 31/8/2017; [O Globo](#) 31/08/2017; [O Globo](#) 31/08/2017; [Arab News](#), 01/09/2017; [Estadão](#) 01/09/2017.

Suspensa votação sobre ida do Presidente peruano para Assembleia Geral da ONU

No final de agosto, a votação no Congresso peruano para autorização de duas viagens oficiais do Presidente, Pedro Pablo Kuczynski, entre os dias 15 e 23 de setembro, foi suspensa pelo congresso. A primeira viagem seria para participar da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. A segunda para uma visita oficial ao Papa Francisco, no Vaticano. As bancadas lideradas pelos fujimoristas da Fuerza Popular, partido que perdeu as eleições em 2016, e pela Frente Amplio, se incomodaram com o pedido do presidente, afirmando que Kuczynski, do PPK (Peruanos por el Kambio), se ausentaria não apenas fisicamente, como também mentalmente do Peru. Os principais argumentos contra a viagem se basearam na ideia de que Kuczynski não estaria conectado à realidade do país, que passa por uma crise educacional profunda, e greve de professores. Durante o debate, os líderes do PPK defenderam Kuczynski, afirmando que o presidente que mais se ausentou do país na história do Peru foi Alberto Fujimori, fundador do Fuerza Popular. O titular do Conselho de Ministros, Fernando Zavala, se mostrou convicto de que, em algum momento, a viagem será aprovada. A Presidenta da Comissão de Relações Exteriores, Luz Salgado, indicou que o congresso concederia autorização, mas os parlamentares esperavam uma proposta que incluísse menos dias de ausência do Presidente, condizente com a situação doméstica atual peruana.

Fontes: [El Comercio](#), 25/08/2017; [La República](#), 26/08/2017; [El Comercio](#), 26/08/2017; [La República](#), 27/08/2017; [La República](#), 31/08/2017.

Transformação das Farc em partido e negociação de cessar fogo com o ELN

O mês de agosto marcou a transição das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) de organização armada para partido político. No dia 15, encerrou-se oficialmente o período de desarme do grupo. A Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou que, no total, foram entregues 8.112 armas, que após destruídas serão fundidas e utilizadas para fabricação de três monumentos em homenagem ao processo de paz. Neste mesmo dia, a organização entregou sua lista oficial de bens e relação de menores de idade que ainda integravam o grupo, cerca de 24. Os recursos financeiros das Farc passarão a compor um fundo destinado à reparação das vítimas do conflito, administrado pelo governo. Com o fim da primeira etapa da Missão da ONU no dia 31 de agosto, as Zonas Veredales (zonas transitórias de normalização) converteram-se em Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação, cujo objetivo é promover programas de educação e capacitação para auxiliar a reintegração dos ex-guerrilheiros à vida civil. Em 26 de agosto, iniciou-se o congresso constitutivo do partido das Farc, que contou com 1.200 integrantes, em que foi definido elementos essenciais do partido, como nome, estrutura organizacional, identidade partidária e propostas. Sem armas, mas reafirmando sua identidade de grupo e ideologia, as Farc entraram oficialmente na vida política colombiana no dia primeiro de setembro como Força Alternativa Revolucionária do Comum, mantendo seu tradicional acrônimo. Na Colômbia, o mês de agosto também foi marcado pelo terceiro ciclo de negociações do governo com o Exército de Libertação Nacional (ELN). A nova rodada de negociações foi marcada pela expectativa de que a visita do Papa Francisco ao país, em setembro, pudesse auxiliar nas conversações. Apesar da dificuldade de entendimento entre as partes, houve grande avanço no dia 04 de setembro quando estabeleceram acordo de cessar fogo bilateral temporário, que entrará em vigor a partir de outubro e se estenderá até 09 de janeiro de 2018. O cumprimento do acordo será monitorado por um mecanismo integrado pelo governo, pelo ELN, pela ONU e pela Igreja Católica.

Fontes: [Semana](#), 14/08/2017; [Semana](#), 14/08/2017; [El Tiempo](#), 15/08/2017; [El Tiempo](#), 15/08/2017; [El Espectador](#), 25/08/2017; [El Espectador](#), 26/08/2017; [El Espectador](#), 31/08/2017; [Semana](#), 03/09/2017; [Semana](#), 03/09/2017; [El Tiempo](#), 04/09/2017.

Protestos na Bolívia: governo Morales é o principal alvo

No mês de agosto, Evo Morales, Presidente da Bolívia, revogou lei de intangibilidade sobre o Território Indígena Parque Nacional Isidoro Secure (TIPNIS), aprovada em 2011, após manifestações contra a construção de pontes e estradas, que passariam pelo Parque, para ligar os departamentos de Beni e Cochabamba. O Presidente anunciou também a retomada das construções. A partir de então, reiniciaram protestos, marchas e bloqueios na região. Setores indígenas, ambientalistas, a Igreja Católica e os partidos de oposição ao “Movimiento Al Socialismo” (MAS), partido de Morales, se uniram, alegando a inconstitucionalidade do projeto e que estaria atropelando os direitos das populações indígenas. Em outra cidade boliviana, Achacachi, cidade a 100 quilômetros de La Paz, o número de protestos também aumentou. Desde fevereiro, manifestantes exigem a renúncia de Edgar Ramos, prefeito da cidade e político filiado ao MAS, sob a alegação de corrupção. No dia 08 de agosto, os manifestantes lançaram um ultimato, exigindo a saída do prefeito e a libertação dos militantes presos, além de alguns setores terem iniciado uma greve sem indicativo de término. Os bloqueios nas estradas ao redor da cidade se intensificaram e já são mais de 25, alguns com armamento de fogo. Em 22 de agosto, mulheres deram início a uma marcha, da cidade de Achacachi em direção a La Paz. Três dias depois, as organizações que conduziram a defesa do TIPNIS e movimentos sociais cacaieiros se juntaram à marcha e aos bloqueios de Achacachi. O Presidente boliviano propôs referendo sobre o assunto, que foi recusado pelas lideranças locais.

Fontes: [La Razón](#), 01/08/2017; [La Razón](#), 06/08/2017; [El Deber](#), 07/08/2017; [El Deber](#), 09/08/2017; [El Deber](#), 09/08/2017; [La Razón](#), 11/08/2017; [El Deber](#), 14/08/2017; [El Deber](#), 14/08/2017; [El Deber](#), 17/08/2017; [El Deber](#), 17/08/2017; [La Razón](#), 22/08/2017; [La Razón](#), 22/08/2017; [El Deber](#), 25/08/2017; [El Deber](#), 27/08/2017; [La Razón](#), 29/08/2017.

Aumenta a repercussão internacional da crise venezuelana após a Constituinte

No dia 08 de agosto, os governos de 16 países latino-americanos e do Canadá, reunidos em Lima, emitiram a Declaração sobre a crise na Venezuela. O texto afirma que a recém-eleita Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela é ilegítima e constitui ruptura da ordem democrática no país, pedindo que a Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA) seja aplicada. O Peru teve papel importante na articulação da reunião e já vinha acirrando sua animosidade com a Venezuela. Cinco dias antes, o Congresso peruano havia aprovado moção de repúdio e condenação ao governo de Nicolás Maduro. Após a Declaração de Lima, a Venezuela enviou nota de protesto à declaração, criticando diretamente o Presidente do peruano, Pedro Pablo Kuczynski. O embaixador venezuelano foi expulso do Peru no dia 11 de agosto, ao que a Venezuela respondeu expulsando o encarregado de negócios da embaixada do Peru em Caracas. Diferente do governo peruano, o Presidente boliviano Evo Morales reiterou seu apoio a Nicolás Maduro, a o que seus opositores domésticos divergiram, pedindo a dissolução da Constituinte. No Equador, por sua vez, o Presidente Lenín Moreno vem demonstrando inflexão em relação a seu antecessor, Rafael Correa, declarando-se preocupado com a violência na Venezuela e a quantidade crescente de presos políticos. Além disso, no dia 11 de agosto, Donald Trump afirmou não descartar uma opção militar para solucionar a crise venezuelana. A afirmação repercutiu negativamente na região, com uma série de países, mesmo os mais críticos ao governo de Maduro, rechaçando a possibilidade de intervenção no país e defendendo uma solução pacífica para o conflito. No dia 25 de agosto, os EUA impuseram novas sanções à Venezuela, proibindo que agentes financeiros estadunidenses comprem títulos da dívida pública venezuelana ou da empresa estatal Petróleos de Venezuela S.A. Por fim, a ex Procuradora-Geral da Venezuela, Luísa Ortega Diaz, que havia se refugiado na Colômbia após ser destituída do cargo, participou de evento no Brasil com procuradores que investigam a corrupção na Odebrecht. Ortega Diaz afirma ter documentos que comprovem corrupção no governo Maduro e entregará provas a procuradores da Espanha, Colômbia e Estados Unidos.

Fontes: [El Comercio](#), 03/08/2017; [El Deber](#), 03/08/2017; [El Deber](#), 08/08/2017; [La República](#), 08/08/2017; [El Nacional](#), 10/08/2017; [La República](#), 11/08/2017; [El Universal](#), 12/08/2017; [El Nacional](#), 22/08/2017; [La Razón](#), 22/08/2017; [El Universal](#), 23/08/2017; [El Universal](#), 28/08/2017.

Parlamentos Sul-americanos: altos e baixos nas dinâmicas da integração regional

Atualmente tem havido baixo envolvimento e investimentos para integração Sul-americana, uma das questões que tem estado em pauta, e gerado certas inflexões na dinâmica da região, é a da atuação e funcionamento dos Parlamentos das iniciativas de integração da América do Sul. O Parlamento do Mercosul, Parlasul, por exemplo, se reuniu por meio de sessões ordinárias apenas quatro vezes em 2017. As atividades dos representantes do Parlasul – realizadas em 27 de março, 24 de abril, 29 de maio e em 26 de junho – têm sido criticadas pela imprensa paraguaia, principalmente em razão da diminuição das discussões e projetos que tenham impacto nas leis dos países, ou que sejam vinculantes. A crítica foca-se ainda na ênfase dada pelos representantes aos debates protocolares, assim como discussões sobre questões que não são urgentes para a região. Por outro lado, a imprensa chilena noticiou a inauguração, em 17 de agosto, do Período Ordinário das sessões do Parlamento Andino, organismo do Sistema Andino de Integração da Comunidade Andina, que promove a cooperação dos legislativos do Chile, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia. O discurso do Chanceler chileno, Hernán Muñoz, para a contribuição dos congressos destes países para o desenvolvimento da política externa, e integração regional mais efetiva entre os países andinos, foi destaque do encontro. Dentre os principais tópicos, Muñoz ressaltou que as sessões no Chile irão promover o incentivo à participação cidadã e o fortalecimento da integração andina, principalmente na integração regional e exercício do controle político sobre o Sistema Andino de integração.

Fontes: [ABC](#), 14/08/2017; [ABC](#), 17/08/2017; [Prensa Latina](#), 17/08/2017; [BioChile](#), 17/08/2017;

Primeira rodada de negociações sobre o NAFTA chega ao fim

Entre os dias 16 e 20 de agosto, ocorreu em Washington a primeira rodada de renegociação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês). Durante os cinco dias de negociação foram estabelecidos 27 grupos de trabalho em diversos temas. Ao fim dessa primeira rodada de negociações foi lançado comunicado comum a imprensa, no qual os três países afirmam que o alcance e o volume das propostas debatidas refletem um comprometimento de todas as partes com um resultado ambicioso, e

reafirmaram a importância de atualizar as regras que governam a maior zona de livre comércio mundial em fluxo de mercadorias. Ademais, os três estados membros do NAFTA afirmaram que seguirão o cronograma previsto e planejam se reunir a cada três semanas até o final de 2017, para concluir o trabalho antes das eleições de 2018 nos EUA e no México. Neste sentido, a segunda rodada de negociações do NAFTA ocorrerá entre os dias 1º e 05 de setembro, na Cidade do México, seguida por uma terceira rodada que no final de setembro, no Canadá. EUA dizem não estar interessados em um simples ajuste do NAFTA, alegando que o acordo ampliou seu déficit comercial e estimulou a migração de indústrias para o México em busca de salários mais baratos. Por sua vez, o México ressalta a necessidade de manter a essência do Tratado, que foi pensado como uma área livre de tarifas alfandegárias, taxas e mecanismos protecionistas. Apesar disso, o governo mexicano diz que durante as negociações buscará corrigir os desequilíbrios que tanto preocupam a liderança dos EUA. Desde que o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou deixar o NAFTA caso o resultado das negociações não fosse satisfatório para o seu país, o governo mexicano optou por não descuidar de nenhuma frente de negociação comercial que possa ajudar a reduzir a dependência do México com os EUA, e represente alternativas ao país no caso do fracasso das negociações. O governo mexicano vem trabalhando no fortalecimento de acordos comerciais com a União Europeia, a Aliança para o Pacífico, Japão e também com Brasil e Argentina, neste caso visando reativar a integração do México ao Mercosul. Além disso, o Presidente mexicano, Enrique Peña Nieto, anunciou que assistirá ao Encontro de Chefes de Estado do BRICS que ocorrerá em Xiamen, na China, em setembro.

Fontes: [El financiero](#), 03/08/2017; [La Política](#), 09/08/2017; [HuffpostMéxico](#), 16/08/2017; [SDPNotícias](#), 19/08/2017; [El Universal](#), 20/08/2017; [Estado de Minas](#), 20/08/2017; [Milenio](#), 20/08/2017; [Terra](#) 20/08/2017.

Senadores mexicanos são convidados a acompanhar as negociações do NAFTA

Em comunicado do dia 10 de agosto, o presidente do Senado mexicano, Pablo Escudero, transmitiu à Câmara Alta do país, solicitação do Secretário de Economia do México, Ildefonso Guajardo, para a conformação de um grupo de senadores que integrariam a delegação mexicana na primeira rodada de negociações do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, sigla em inglês), ocorrida entre os dias 16 e

22 de agosto de 2017. A participação de senadores na equipe mexicana no NAFTA, constitui demanda antiga dos parlamentares mexicanos que, desde janeiro de 2017, vêm justificando, em interlocução com os secretários de economia e de relações exteriores do Governo Federal, a importância da atuação direta do Senado no acompanhamento das conversações comerciais. De acordo com os parlamentares, é competência do Senado mexicano aprovar ou rechaçar, no plano doméstico, o acordo que eventualmente resulte das negociações entre México, Canadá e Estados Unidos. Ao todo, oito senadores participaram dessa primeira etapa, havendo integrantes de distintas coligações partidárias, tanto da base governista quanto da bancada de oposição. Outros atores demandaram ao Governo Federal mexicano participação direta nas negociações do grupo, porém, até o momento, não foram atendidos. Entre eles, figuram organizações de operários e camponeses, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma do México (STUNAM) e da Confederação Nacional Campesina (CNC), respectivamente. A Confederação Nacional dos Governadores (CONAGO) de igual modo solicitou às autoridades dos três países norte-americanos sua inclusão formal e independente no processo de renegociação do NAFTA sob a justificativa de que, mais do que o Governo Federal, os governadores estaduais conhecem de primeira mão os problemas mais prementes dos cidadãos nacionais.

Fontes: [El Universal](#), 08/08/2017; [Excelsior](#), 11/08/2017; [Excelsior](#), 13/08/2017; [Excelsior](#), 14/08/2017; [El Universal](#), 16/08/2017; [Excelsior](#), 17/08/2017; [El Universal](#), 26/08/2017.

BRICS abrem escritório regional do Novo Banco de Desenvolvimento

No dia 19 de agosto, em evento com a presença do presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, os BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), oficializaram a abertura de um escritório regional do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como Banco de Desenvolvimento BRICS, em Johannesburgo. Além da sede, em Xangai, são planejados outros centros regionais nos países em desenvolvimento a fim de aumentar o diálogo com atores locais, elaborar projetos de desenvolvimento e ajudar na implementação. Essa estratégia do NBD visa aumentar a presença internacional do grupo, assim como facilitar a participação dos países parceiros em todas as fases de negociação e execução dos projetos. Com isso, Kundapur Vaman Kamath,

presidente do NBD, projeta que o escritório regional em Johannesburgo movimentará US\$ 100 bilhões em projetos no continente africano nos próximos anos.

Fontes: [New China](#), 12/08/2017; [Business Report](#), 17/08/2017; [Sputnik](#), 18/08/2017; [The BRICS Post](#), 31/08/2017.

Pesca ilegal chinesa em mar equatoriano causa impasse

Um imbróglio envolvendo atividade ilegal de pesca chinesa em águas de jurisdição equatoriana ganhou dimensões diplomáticas no último mês de agosto. O governo equatoriano apresentou um protesto formal à embaixada chinesa em Quito pela presença de uma ampla frota de navios pesqueiros chineses nos arredores da Zona Econômica Exclusiva equatoriana e pelas atividades ilegais de pesca de espécies protegidas que estavam sendo levadas a cabo nas ilhas Galápagos. Em poucos dias o incidente ganhou proporções diplomáticas quando o Equador pediu aos organismos internacionais por leis mais severas contra a pesca irregular nos oceanos. No dia 22 de agosto, o Presidente equatoriano, Lenin Moreno, declarou que acontecimentos como este representavam violação de soberania por parte da China e afirmou que não os toleraria. No mesmo dia, a Chanceler equatoriana, María Isabel Salvador, recebeu uma delegação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) que chegou ao país com a missão de monitorar as ilhas Galápagos. O incidente movimentou a opinião pública equatoriana que se manifestou através de “hashtags” em redes sociais. No dia 24 de agosto, centenas de pessoas manifestaram-se em frente à embaixada chinesa em Quito exigindo a expulsão da frota pesqueira dos arredores de Galápagos. O governo do Equador acionou uma Organização da Administração da Pesca no Pacífico Sul (SPRFMO, sigla em inglês) e a Comissão Interamericana do Atum Tropical (IATTC, sigla em inglês). Além disso buscou apoio de outros países, como a Colômbia, no intuito de resolver o impasse lançando mão, inclusive, das cláusulas constantes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convemar), a qual a China também é signatária. O Equador pediu US\$ 36 milhões de indenização pelos danos provocados pela pesca irregular chinesa. No dia 26 de agosto, moradores da Ilha de Santa Cruz, a mais povoada de Galápagos, saíram em protesto pela extensão da faixa de mar territorial equatoriano nas ilhas. Dois dias depois, tribunal equatoriano sentenciou os 20 tripulantes de um dos navios chineses com prisão e multa

pelas atividades ilegais. O governo chinês se posicionou afirmando que espera que o Equador respeite os direitos dos pescadores presos. De forma a proteger as espécies migratórias que ali circulam, o Equador afirmou que pretende criar um corredor marinho na região de Galápagos. Por fim, no dia 29 de agosto, as Forças Armadas equatorianas afirmaram que as embarcações chinesas haviam deixado o território.

Fontes: [El Comercio](#), 18/08/2017; [El Mercurio](#), 19/08/2017; [El Universo](#), 21/08/2017; [El Mercurio](#), 22/08/2017; [El Mercurio](#), 22/08/2017; [El Mercurio](#), 24/08/2017; [El Mercurio](#), 25/08/2017; [El Mercurio](#), 25/08/2017; [El Mercurio](#), 26/08/2017; [El Mercurio](#), 26/08/2017; [El Comercio](#), 27/08/2017; [El Comercio](#), 27/08/2017; [El Comercio](#), 27/08/2017; [El Comercio](#), 28/08/2017.

Turquia e China buscam fortalecer cooperação em segurança e contraterrorismo

Em 03 de agosto, durante a Segunda Reunião do Mecanismo de Consulta de Ministros das Relações Exteriores de China e Turquia, Wang Yi e Mevlüt Çavuşoğlu, respectivamente Chanceleres da China e Turquia, concordaram em reforçar a cooperação bilateral em segurança e contraterrorismo. Em discurso após a reunião, o Ministro de Relações Exteriores turco enfatizou o fortalecimento da cooperação bilateral na área de segurança e afirmou que a Turquia considera a segurança da China como sua própria segurança. Mevlüt Çavuşoğlu, também disse que não permitirá posições anti-China nos meios de comunicação turcos e prometeu que nenhuma organização no território da Turquia terá liberdade de se envolver em atividades que ameacem os interesses, a integridade e a soberania chinesas. Por fim, elogiou a China pelos esforços que vem desenvolvendo no combate ao Estado Islâmico. Por sua vez, o Chanceler chinês elogiou a decisão do governo turco de listar a organização Movimento Islâmico do Turquestão Oriental como uma organização terrorista. Afirmou que as duas partes também concordaram em integrar a iniciativa “Turkey’s Middle Corridor” entre Turquia e China ao projeto chinês da nova Rota da Seda e avançar em projetos de cooperação de larga escala. Entre esses projetos, inclui-se a ferrovia de alta velocidade Leste-Oeste e uma estação de energia nuclear na Turquia. Apesar de parte do território turco estar na Europa, a estratégia de se aproximar a países do Sul, principalmente China, ganha força no governo, sobretudo diante da deterioração das relações com a União Europeia e Estados Unidos.

Fontes: [ECNS](#), 04/08/2017; [Global Times](#), 04/08/2017; [Shanghai Daily](#), 04/08/2017; [Voz da Turquia](#), 04/08/2017; [Jornal do Brasil](#), 06/08/2017.

Assinado acordo sobre Mar da China Meridional

Em 06 de agosto, durante a reunião de chanceleres da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) ocorrida em Manila, nas Filipinas, os Ministros das Relações Exteriores dos países do Sudeste Asiático e da China aprovaram acordo-quadro de Código de Conduta no Mar da China Meridional. O objetivo do acordo-quadro é avançar na Declaração de Conduta assinada em 2002 entre os países da região e a China, mas que não foi cumprida pelas partes. Para o Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, a adoção do acordo demonstra as aspirações da China e da ASEAN em manter a paz e a estabilidade no Mar da China Meridional e criar uma atmosfera de cooperação. Além disso, no mesmo dia, o Chanceler turco, Mevlüt Çavuşoğlu, anunciou oficialmente que a Turquia se tornou um parceiro setorial da ASEAN. O governo da Turquia, que mantém relações com a ASEAN desde 1999 e participa de seus fóruns desde 2013, havia solicitado a entrada no bloco do sudeste asiático em 2015.

Fontes: [ECNS](#), 04/08/2017; [Global Times](#), 06/08/2017; [Istoé](#), 06/08/2017; [O Globo](#), 06/08/2017; [UOL](#), 06/08/2017; [Xinhua Net](#), 06/08/2017; [Hürriyet Daily News](#), 07/08/2017; [ECNS](#), 09/08/2017.

Novas legislações para conter os fluxos migratórios

No mês de agosto, a temática dos fluxos migratórios despertou a atenção dos governos dos EUA, Canadá, Panamá, Chile e Índia, que vêm optando por ações de caráter diverso para lidar com a questão. Nos EUA, o Presidente Donald Trump anunciou, em 02 de agosto, que apoiaria o projeto de lei para o Plano Migratório, inspirado nos modelos de legislação do Canadá e da Austrália. A proposta modifica o modo de concessão do “green card” que desde a Lei de Imigração e Nacionalidade (INA, sigla em inglês), de 1965, levava em consideração a reunião familiar dos migrantes. Na proposta defendida pelo governo de Trump os migrantes devem saber falar inglês, ter boa qualificação e condições financeiras para se manter no país.

O projeto de lei também propõe reduzir em 50% a quantidade de imigrantes residentes nos EUA nos próximos 10 anos e restringir o acesso ao país à apenas 50 mil refugiados por ano. No Canadá aumentou a quantidade de migrantes que chegam ao país vindos da fronteira do com os EUA. Em 07 de agosto, Jean-Pierre Fortin, titular do Sindicato de Trabalhadores da Aduana e Migrações canadense, afirmou que entre 400 e 750 pessoas cruzavam a fronteira por semana. O Estádio Olímpico de Montreal abriu as portas para acolher os migrantes requerentes de asilo que saem de cidades estadunidenses. No dia 23 de agosto, Justin Trudeau, Primeiro Ministro do Canadá, advertiu que não haverá atalhos para concessão de asilo no país e que todos devem seguir as vias legais para obter a documentação. No Panamá, que vem experimentando o aumento da quantidade de migrantes venezuelanos no último período e que, em janeiro de 2017, aprovou uma lei para regular este fluxo, o Presidente Juan Carlos Varela afirmou que, a partir do primeiro dia de outubro de 2017, passará a ser exigido visto aos migrantes venezuelanos. Nas palavras do Presidente panamenho, esta medida será mantida até que seja retomada a ordem democrática na Venezuela. No Chile, a Presidente Michele Bachelet firmou apoio ao projeto para Nova Lei de Migrações, que foi criticada pela oposição e por migrantes que vivem no país. Os opositores afirmaram que a medida é um projeto secreto sem debate com o Congresso, e os migrantes protestaram por não terem sido considerados no processo de elaboração do projeto de lei. De acordo com Bachelet a nova lei é necessária, pois deixará para trás a migração irregular e abusos cometidos tanto por estrangeiros quanto por chilenos. Além disso, as comunidades chilenas de Macul e Villa Alemana irão receber 60 refugiados sírios pelo Programa de Reassentamento de Refugiados Sírios. Representantes das instituições envolvidas no programa foram à Síria para entrevistar os refugiados candidatos ao programa. Na Índia, em 29 de agosto, foi criado um plano para identificar e deportar 40 mil refugiados da etnia Rohingya que se dirigiram ao país fugindo da perseguição que sofrem na Birmânia.

Fontes: [Público](#), 02/08/2017; [O Globo](#), 03/08/2017; [La Prensa](#), 07/08/2017; [CNN Chile](#), 23/08/2017; [El País](#), 23/08/2017; [UOL](#), 23/08/2017; [The India Express](#), 29/08/2017; [Times of India](#), 29/08/2017; [The India Express](#), 30/08/2017.

Violação de direitos das minorias e a onda conservadora

Anistia internacional divulgou, em seu relatório do dia 07 de agosto, o que está por trás da construção do Grande Canal interoceânico na Nicarágua que irá dividir o país em duas partes. A construção viola várias normas nacionais e internacionais sobre direitos humanos e irá cruzar uma parte do Grande Lago da Nicarágua, o Cocibolca, denominado como a maior reserva de água doce da América Central. Conseqüentemente, pode levar à remoção forçada de centenas de famílias e colocar em risco seus meios de subsistência assim como seu acesso a alimentos. Organizações locais da sociedade civil estimaram que o número de pessoas afetadas poderia chegar a 120 mil. Em resposta, dezenas de camponeses marcharam na comunidade La Fonseca, no município nicaraguense de Nueva Guinea, no dia 15 de agosto, pela 91ª vez contra o projeto do canal inter-oceânico. Igualmente, direitos humanos estão sendo violados nos EUA. O presidente estadunidense, Donald Trump, anunciou, no dia 26 de agosto, a proibição de pessoas transexuais e transgêneros de servir as Forças Armadas do país. A situação agora é incerta para aproximadamente 13.000 soldados transgêneros que já estão servindo nas tropas dos EUA. Neste quadro de retrocessos, no dia 13 de agosto, a cidade de Charlottesville, na Virgínia, foi o palco da marcha de grupos neonazistas e de extrema direita. Uma mulher foi atropelada e morreu depois que um carro foi jogado contra manifestantes críticos à marcha. Três pessoas morreram e pelo menos quatro ficaram feridas. O Governo Federal abriu investigação sobre uma possível violação dos direitos civis no protesto, pois o atropelamento teria sido motivado por discriminação racial. Nos EUA, o uso de símbolos do nazismo, discursos de ódio e grupos neonazista não constituem práticas ilegais, pois, segundo a Constituição do país, estariam amparados no direito à livre expressão.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 07/08/2017; [El País](#), 13/08/2017; [El País](#), 14/08/2017; [La Prensa](#), 15/08/2017; [El País](#), 26/08/2017.

Mulher e Maternidade

Entre os dias 1º e 07 de agosto, comemorou-se a Semana Mundial do Aleitamento Materno em 170 países. A iniciativa possui o objetivo de estimular o aleitamento materno, natural e exclusivo, no mínimo, nos primeiros seis meses de vida do recém-nascido,

e associado aos alimentos até dois anos de idade ou mais. Sendo assim, de acordo com a notícia publicada no jornal Telesur, em diversos países existe o reconhecimento legal da licença-maternidade, permitindo que a mãe se ausente do trabalho por seis meses para ter condições de amamentar. No entanto, um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que metade das profissionais que tiveram filhos, entre 25 e 35 anos de idade, perderam o emprego até os dois anos após a licença-maternidade. O machismo institucional e a diferença de tempo entre a licença maternidade e paternidade também estão entre as razões da amamentação descontinuada, devido ao fato de o pai ser o primeiro a retornar para o mercado de trabalho enquanto recai exclusivamente para a mãe a responsabilidade do cuidado com a criança. Ampliando a questão sobre maternidade, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destacou que apenas entre 10% e 15% das cesárias se justificam por motivos médicos, no entanto, em países como o Brasil, México, República Dominicana, Chile e Colômbia, o parto artificial corresponde à metade dos casos. De acordo com assessor regional em Saúde Sexual e Reprodutiva da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Bremen de Mucio, as razões para a preferência desta modalidade de parto estão relacionadas à cultura da sociedade contemporânea de menor tolerância à dor e ao desestímulo por parte de profissionais que optam pela cesárea por se tratar de técnica mais rápida e rentável. Mães brasileiras criaram grupo denominado “Cesária? Não, obrigada!”, que compartilha experiências pessoais de desestímulo proveniente da equipe médica ao parto natural.

Fontes: [Telesur](#), 01/08/2017; [El País](#), 13/08/2017; [El País](#), 27/08/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

